

ENTREVISTA COM MARCELO W. PRONI¹ - O mercado de trabalho na atual conjuntura brasileira²

Amilton Moretto - A política econômica mudou neste segundo mandato do governo Dilma. A crítica conservadora em relação ao gasto excessivo do governo, a inflação elevada e a crise política criaram o ambiente para se adotar uma política econômica que atendesse aos “mercados” e ao rentismo. Para economistas ortodoxos, o combate à inflação só poderia ser feito por meio de recessão e desemprego. Assim, implementou-se um ajuste fiscal com cortes substanciais dos gastos sociais, eliminação de desonerações e elevação de alíquotas de impostos que, combinado com a elevação contínua da taxa de juros pelo Banco Central aponta para uma forte recessão em 2015. Diante desse quadro, quais as consequências para o mercado de trabalho?

Marcelo W. Proni - A estratégia de ajuste das contas públicas adotada pelo Ministério da Fazenda tem causado muitos estragos, em especial, no que se refere à perda de confiança das empresas e dos consumidores, o que se reflete na queda do volume de investimentos e do volume de vendas no atacado e no varejo. Contudo, a taxa de inflação mensal aumentou, principalmente em razão da desvalorização cambial, que afetou o preço de vários produtos e insumos, assim como do encarecimento do crédito.

As consequências sobre o mercado de trabalho já são perceptíveis. Vem caindo a geração de empregos formais e aumentando as ocupações informais. O impacto tem sido maior em alguns ramos econômicos, como a indústria de transformação e a construção civil. Mas, a crise também está afetando o setor de serviços e o comércio, responsáveis por boa parte da geração de empregos formais nos últimos anos.

Nesse cenário, a taxa de desemprego voltou a se elevar em várias regiões do país e projeta-se uma tendência de aumento das ocupações precárias ou do subemprego.

Outra consequência é a dificuldade crescente de obtenção de aumentos salariais suficientes para repor a inflação passada, o que tende a reduzir o poder de compra dos salários. A negociação salarial fica prejudicada num cenário econômico recessivo.

¹ Professor do Instituto de Economia (IE) e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit), atualmente é diretor associado do IE da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

² Entrevista concedida ao Prof. Amilton Moretto, professor do IE/UNICAMP e pesquisador do Cesit da UNICAMP, para o Observatório Social e do Trabalho do Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas direcionadas à Pobreza (GAEPP) DA Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Amilton Moretto - O aumento do desemprego e da informalidade é um fenômeno passageiro? A trajetória positiva do mercado de trabalho nos últimos anos, com elevação do emprego formal e do rendimento médio, será retomada em breve?

Marcelo W. Proni - É importante esclarecer que a política macroeconômica adotada está abortando a transição para um padrão de desenvolvimento econômico mais inclusivo. A lógica por trás das medidas adotadas supõe que a economia brasileira voltará a crescer depois dos ajustes das contas públicas e da correção no sistema de preços. Contudo, mesmo que tenhamos uma recuperação do ritmo de crescimento do PIB, nada garante que essa retomada será acompanhada de uma trajetória do mercado de trabalho semelhante àquela observada entre 2004-2014.

É preciso saber se os fatores que contribuíram para a formalização do emprego e para a redução do desemprego vão continuar agindo. Por exemplo, o baixo ritmo de crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) pode continuar contribuindo para manter o desemprego num patamar relativamente baixo. Mas, pode ser que se restrinja a ação fiscalizadora e disciplinadora das instituições públicas do trabalho sobre as relações de emprego. E, mais grave, é possível que se interrompa o movimento de elevação do salário mínimo real e a tendência de redução progressiva da informalidade.

Me parece equivocada a estratégia adotada, que aposta num crescimento econômico baseado na obtenção de saldos na balança comercial e, em particular, no desempenho do setor exportador de bens primários, abandonando-se a prioridade para o mercado interno. O resultado poderá ser um padrão de desenvolvimento excludente, com reprodução de problemas estruturais do mercado de trabalho nacional e manutenção da elevada concentração de renda.

Amilton Moretto - Quais as consequências para os trabalhadores das mudanças propostas para o seguro-desemprego no atual contexto?

Marcelo W. Proni - É preciso entender que o atual sistema de seguro-desemprego em vigor no Brasil é bastante limitado, seja porque sua cobertura se restringe aos empregados com carteira de trabalho assinada, seja porque oferece uma proteção provisória, que geralmente não passa de três ou quatro meses. Portanto, é um sistema destinado apenas aos trabalhadores que estão relativamente bem inseridos no mercado de trabalho (não contempla

os trabalhadores mais vulneráveis) e que não protege contra o desemprego de longa duração (acima de seis meses), o qual tende a aumentar em períodos de recessão econômica.

As mudanças propostas têm o propósito de reduzir o gasto da União com o pagamento do seguro-desemprego e, ao mesmo tempo, dificultar acordos entre o empregado e o empregador que burlem o sistema. Evidentemente, predomina uma avaliação moralista equivocada sobre a índole da maioria dos trabalhadores que recebem o seguro. Além disso, nota-se a preferência por cortes de gasto público que prejudicam os segmentos menos organizados e, portanto, com menor capacidade de pressão política. Desnecessário dizer que a redução prevista no gasto com esse programa de proteção aos trabalhadores é requerida para ajudar a aumentar o pagamento de juros da dívida pública, que já são extremamente onerosos para a União.

Para os trabalhadores, a principal consequência esperada das mudanças propostas é óbvia: a redução do número de empregados que têm direito a receber o seguro-desemprego, o que vai tornar mais grave a perda do emprego, em especial, para os trabalhadores que encontram dificuldade para permanecer por mais tempo no mesmo estabelecimento. Ou seja, pode aumentar o número de trabalhadores em situação vulnerável no mercado de trabalho, mesmo quando se trata de um empregado com o registro do vínculo. Em adição, pode haver uma redução da rotatividade no emprego, em razão de provável diminuição dos desligamentos motivados por vontade do próprio empregado.

Amilton Moretto - Mantida a atual política econômica, a taxa de desemprego deverá se manter em nível mais elevado. Diante disso, pode-se esperar uma regressão social e das conquistas que o conjunto dos trabalhadores tiveram nos últimos dez anos?

Marcelo W. Proni - O fundamental não é a taxa de desemprego e sim o tempo médio da procura por um emprego, o perfil dos desempregados e, principalmente, o grau de proteção oferecido aos desempregados. Uma taxa elevada de desemprego só se torna um vetor de deterioração das condições de vida ou mesmo de regressão social quando não existem políticas públicas capazes de dar suporte aos desempregados.

Não basta reduzir a proporção de trabalhadores sem uma ocupação remunerada. É preciso criar um ambiente econômico propício à geração de empregos de qualidade, que permita uma transição rápida entre um posto de trabalho e outro. Também é preciso ampliar a cobertura do seguro-desemprego (inclusive, com a criação de um auxílio-desemprego, não contributivo) e fortalecer as políticas de mercado de trabalho que apoiam a qualificação

profissional e a intermediação de mão de obra, essenciais para evitar o desemprego de longa duração.

Infelizmente, se mantida a lógica que orienta a política macroeconômica atual, o desemprego crônico pode voltar a ser um grave problema econômico e social. E é provável que a restrição aos gastos na área social impossibilite a adoção de medidas que poderiam amenizar o problema e suas consequências desastrosas.